

A FUNÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO ESCOLAR

Klahold, Criselda Selzler

RESUMO

A função do Coordenador Pedagógico nas instituições de ensino precisa ser melhor compreendida, sendo que é importante o resgate da identidade dos mesmos. É necessário diferenciar função de cargo e analisar as práticas vivenciadas no dia a dia do contexto escolar e a contribuição no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Observando que o Coordenador Pedagógico deve ser o gerenciador do fazer pedagógico. Apresenta-se o trabalho tendo como Tema “A Função do Coordenador Pedagógico no Contexto Escolar”. Para a obtenção dos resultados do mesmo traçou-se os objetivos da pesquisa, os quais consistiram em compreender a função do Coordenador Pedagógico, diferenciar de cargo e uma análise da prática, bem como a forma em que ocorre a atuação eficiente do coordenador pedagógico. Os resultados deste trabalho foram obtidos a partir de estudos bibliográficos, análise e reflexões, comparações entre os conceitos dos autores os quais foram utilizados como suportes teóricos e prática de Coordenação Pedagógica. Diante do fato da Educação Institucional estar vivendo um processo de mudança, a qual tem nos propiciado desafios constantes, que nos levam a refletir o papel do educador e da escola, que deve acompanhar as transformações sociais, científicas e tecnológicas. Nota-se a importância do trabalho do Coordenador Pedagógico, diante os diversos estudos feitos, bem como das discussões e reflexões realizadas, que resultaram na reestruturação de documentos como: o Projeto Político Pedagógico, contendo o Regimento Interno, a grade curricular, observando as Orientações Curriculares Nacionais, entre outros, os quais asseguram o bom funcionamento da instituição de ensino. Um dos meios que vem garantindo resultados significativos para a melhoria do processo ensino-aprendizado é a efetiva atuação dos Coordenadores Pedagógicos nas instituições de ensino, percebendo também sua importância como articulador do processo educacional, estimulando os educadores e educandos a buscar diferentes formas de discutir e refletir problemáticas que fazem parte da sua realidade social, cultural e política. Reconstruindo continuamente esta realidade atribuindo-lhe novos significados.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico, função e trabalho

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o sistema educacional está vivenciando um processo de mutação, ou seja, a sociedade complexa tem nos propiciado desafios constantes, que nos levam a refletir sobre o papel da escola, como instituição formadora, e o de todos os “personagens” presentes nela.

E como o coordenador pedagógico, gerenciador do fazer pedagógico, encontra-se num ritmo acelerado do dia a dia enfrentando a multiplicidade de tarefas que lhe são atribuídos, acaba perdendo sua identidade. Assim sendo, e tendo em vista a conclusão do Curso de Especialização *lato sensu* em Coordenação Pedagógica, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, após reflexões, optei realizar um trabalho de pesquisa que envolvesse a função do Coordenador Pedagógico, por considerar essencial o seu papel no contexto escolar.

Por isso, neste trabalho o meu propósito maior é apresentar qual é a real função do coordenador pedagógico, para que o mesmo possa contribuir de forma eficiente no processo ensino- aprendizagem, e assim ocorra a construção de um conhecimento de qualidade.

Para a obtenção dos resultados apresentados nesse trabalho, primeiro traçou-se os objetivos da pesquisa, os quais consistiram em compreender a função do coordenador pedagógico, diferenciar de cargo, e uma análise da minha prática, bem como uma forma de atuação eficiente na função de coordenador pedagógico.

Os resultados deste trabalho foram obtidos a partir de estudos bibliográficos, análise e reflexões, comparações entre os conceitos dos autores, escolhidos para servirem de suporte teórico e base de sustentação desse trabalho destaque: Clotenir Damasceno Rabelo, Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos, Maria José da S. Fernandes, Luciola L. de C. P. Santos e Nilza H. de Oliveira, Miguel Gonzalez Arroyo, Celso dos Santos Vasconcellos. Bem como leitura da Escola Ciclada de Mato Grosso, Normativas, Orientativos e Pareceres voltados a educação. Ainda minha experiência na função de coordenadora pedagógica.

Este trabalho de pesquisa está dividido em três capítulos distintos, porém mantendo uma relação intrínseca, onde:

No primeiro capítulo apresento um breve histórico sobre a Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, instituição de ensino, localizada à Rua

Volmir Taborda Câmara, nº 1778, Bairro Bom Jardim, Campos de Júlio, na qual sou lotada como professora – Pedagoga. E ainda um pouco da minha experiência frente à função de coordenadora pedagógica no período de 2009 a 2011.

O segundo capítulo, trato da diferença entre função e cargo de coordenador pedagógico, ainda como ocorre a atribuição/escolha do coordenador, e alguns impasses no bom desenvolvimento do seu trabalho.

Já o terceiro capítulo trás uma forma de atuação do coordenador pedagógico que considero eficiente e que pode contribuir para uma melhoria na qualidade da educação. Resultado da análise da minha prática na função de coordenadora pedagógica, comparada aos conceitos (ideias) dos autores com os quais trabalhei.

2. CAPÍTULO – I A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO SEU CONTEXTO

No dia a dia do Coordenador Pedagógico, o ritmo acelerado e a multiplicidade de tarefas desviam a ação de seu eixo, tirando do foco a identidade do trabalho. Na prática ideias como variedade da ação e conflitos de gestão trazem ao aspecto da atuação e trabalho do Coordenador Pedagógico elementos de distância entre o que se aceita como identidade e o que se faz de fato na operacionalização da função que ficam quase contraditórias. Mesmo com as especificidades de cada escola e das áreas de atuação do Coordenador Pedagógico, há uma feição comum, vivendo o conflito entre o administrativo e o pedagógico. Essa é uma face comum nas escolas e na ação dos coordenadores. Uma situação que precisa ser refeita, ajustando novamente a ação para o que é pedagógico.

O Coordenador Pedagógico por estar no centro da escola acaba por abraçar uma variação de ações que os movimentos internos e externos da escola ora lhe propõe, ora lhe coage a fazer um trabalho totalmente voltado para o pedagógico. Na minha experiência nesta função tive a oportunidade de

vivenciar esta situação, onde as designações que são estabelecidas em portarias e outros documentos para a função acabam não sendo cumpridas em razão das necessidades reais e imediatas da instituição escolar. É notório que muitas vezes o Coordenador Pedagógico acaba por dedicar-se mais com problemas relacionados à indisciplina de aluno e a questões burocráticas da instituição, do que com o pedagógico propriamente dito.

Dentro da realidade vivenciada por mim na função de Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, me deparei, inúmeras vezes com estas situações em que problemas adversos a função de Coordenador Pedagógico acabavam por suprimir o tempo do qual dispunha para o meu trabalho na instituição.

Um das questões que favoreceu essa situação é a realidade em que a Escola Angelina Franciscon Mazutti surge como instituição educadora.

A escola funcionava em um prédio de madeira com duas salas de aula, uma sala de recepção e uma cozinha, dois banheiros e um saguão. O nome decorreu em homenagem à Vila Coflasul (Cooperativa da Floresta Sulina), nome pelo qual era denominado nosso município naquela época (anos 1980). O mesmo pertencia ao Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT. Atendendo a clientela de 1ª a 4ª série.

Em 1986 (13/05/1986), quando passamos a ser distrito do então criado município de Comodoro, a escola, também passa a sua jurisdição, passando a se chamar Escola Municipal de 1º Grau Angelina Franciscon Mazutti, em homenagem a genitora do principal colonizador de Campos de Júlio, o Sr Valdir Masutti. E na gestão do primeiro Prefeito Jair Benedetti, foi construído um novo prédio em alvenaria composto por 02 salas, 02 banheiros, 01 sala para direção, 01 cantina e 01 saguão.

No ano seguinte, com uma demanda para as séries finais do ensino fundamental, foi criada turmas de 5ª a 8ª série, uma extensão da Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Rosa Frigger Peovezan”, situada na sede do município de Comodoro. E em 1988 o prédio de alvenaria é ampliado recebendo mais 02 salas.

A Escola Angelina Franciscon Mazutti, foi criada pelo decreto 2.957 de 24 de outubro de 1990. E no ano de 1991 a escola foi estadualizada, com o nome de Escola Estadual de Primeiro Grau “Angelina Franciscon Mazutti”, através do Decreto nº 3093 de 16 de janeiro de 1991. Neste ano, a escola foi toda murada.

Em 1992, a escola teve sua autorização para funcionamento de Pré e todas as series do Ensino Fundamental através da resolução 283/92. E em dezembro, assume a função de diretora a Sr Neuza Gouveia Moleiro, com o objetivo de estruturar a educação do município de Campos de Júlio-MT, a qual permaneceu como professora efetiva na instituição ate fevereiro de 2011.

No mesmo ano a prefeitura de Comodoro realiza a construção de um prédio em alvenaria com 04 salas, 02 conjuntos de banheiro, saguão e dependências administrativas, para atender o Ensino Médio.

Em 1993, depois de 2 anos do Ensino Médio Profissionalizante, como extensão da Escola Estadual Rosa Frigger Piovesan, assim sendo, a escola foi elevado para o nível de Segundo Grau pelo Decreto nº 3264/93 de 23 de julho de 1993, passando a se denominar “Escola Estadual de 1º e 2º Grau ‘Angelina Franciscon Mazutti.

Em 1994, passou a funcionar o curso de Ensino Médio Profissionalizante em “Ciências Contábeis”, através da Resolução 178/94 CEE-MT, reconhecido pela portaria nº 217/96 Seduc-MT, de 31 de janeiro de 1996.

Com a extinção dos cursos técnicos no Estado de Mato Grosso em 1996, foi autorizado o curso “Propedêutico”, Ensino Médio Não Profissionalizante, sob a resolução 078/96, publicado no diário oficial de 14 de maio de 1996, e autorizado para funcionar por mais um ano, pela Portaria 153/99, publicado em 23 de março de 1999.

E em 1997, com a emancipação política de Campos de Júlio, a nossa escola passou a denominar-se “Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti”.

A partir do ano de 1998, ocorre a reestruturação do Ensino Fundamental

no Estado de Mato Grosso, iniciou-se o processo de implantação do Ciclo de formação Humana, na época denominado CBA_ Ciclo Básico de Aprendizagem. Em 1999 iniciou-se a implantação gradativa da Escola Ciclada. Atualmente todo o Ensino Fundamental faz parte do Ciclo de formação Humana.

A partir de 20 de julho de 2007, a instituição funciona em um prédio novo construído pela Secretaria Estadual de Educação. E inaugurado pelo então Governador Blairo Maggi.

Atualmente a Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, oferece a Educação Básica, autorizada pela Portaria 378/07, de 19 de dezembro de 2007. Sendo Ensino Fundamental e Médio Regular, através da Resolução 551/07 de 20 de dezembro de 2007 e o Ensino Médio modalidade EJA, através da Resolução 556/07, da mesma data. E oferecemos ainda a modalidade Ensino Fundamental EJA (2º segmento)

Atualmente a escola atende sua clientela nos períodos matutino, vespertino e noturno, nas modalidades Ensino Fundamental (Ciclos de Formação Humana), com as dificuldades de aprendizagem trabalhadas, por Professores “Articuladores” e Professor “Multifuncional”.

Visto a evolução histórica da instituição, o coordenador pedagógico por vezes atuou como “braço direito” do diretor, assumindo designações burocráticas e de apoio à infraestrutura e manutenção da ordem do ambiente escolar. Situação esta que dentro da escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti ocasionou por vezes visto os laços de amizade e de cumplicidade que se faz a escolha do coordenador pedagógico e também o fato da escola ter se criado em ambiente que podemos até classificar como familiar na primeira e segunda década de sua existência. Onde a pouca diversidade de formação populacional de nossa cidade nos proporcionou uma relação não apenas profissional com nossos pares, mais também de amizade “além dos muros da escola” e até mesmo de cumplicidade. Relações estas que favoreceram a não divisão do trabalho e uma compreensão errônea das designações do coordenador pedagógico.

No entanto diante das necessidades da instituição Angelina Franciscon Mazutti e das mudanças nas diretrizes educacionais do Estado de Mato Grosso surge um novo desafio, a Formação dos Profissionais da Educação através da “Sala do educador”, com o objetivo de vivenciar a realidade e teorizá-la dentro do ambiente escolar, designação esta que fica a cargo especificamente do coordenador pedagógico.

Exercendo mais esta função tive a oportunidade junto aos profissionais da educação da escola percebemos a necessidade de buscar a nossa formação permanente dentro dos parâmetros apresentados pela Secretaria de Estado de Educação do Mato, através do projeto Sala do Educador, no qual as discussões e reflexões de maior relevância ocorreram em torno das Orientações Curriculares Nacionais. Onde aperfeiçoamos situações para a melhoria da qualidade do ensino ofertado na escola bem como a da qualidade de vida dos profissionais da educação deste estabelecimento.

Trabalhar frente aos estudos realizados na Sala do Educador possibilitou o que chamo um “ambiente mais familiar” com um contato mais efetivo com a maioria dos profissionais da educação, lotados na Escola Angelina Franciscon Mazutti, percebendo a grande ansiedade dos professores diante as dificuldades do dia a dia em sala de aula referente ao processo de ensino aprendizagem e a falta de disciplina dos educandos.

Busquei promover discussões quanto às questões pedagógicas, principalmente com relação a prática educativa dos professores em sala de aula. O norteador deste trabalho foi à compreensão das orientações contidas no documento “Orientações Curriculares Nacionais”. A partir das reflexões feitas com o grupo de trabalho pude perceber que as mesmas proporcionaram uma acomodação de ideias favorecendo o trabalho pedagógico e uma mudança de espírito diante das aflições existentes.

Como resultado concreto das intervenções feitas por mim no grupo, houve uma facilitação na reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois as reflexões necessárias para o mesmo já haviam sido feitas e consolidadas, desta forma facilitou a estruturação do documento final, onde o grupo teve a

compreensão nítida da necessidade e do valor deste. Fato este que me deixou satisfeita na função de coordenadora pedagógica.

Na Escola Estadual Angelina Franciscan Mazutti, desde 1998, estamos realizando estudos e reflexões sobre a realidade da instituição e buscando a melhoria na qualidade do ensino-aprendizagem, através de estudos e reflexões e buscando elaborar um Projeto Político Pedagógico, e sua gradual implantação, sempre de forma democrática, voltado para a realidade social e cultural da população Campojuicense, e sua inserção no contexto nacional e mundial.

Inicialmente o trabalho da Gestão Escolar foi de adquirir material teórico para estudos necessários a elaboração do Projeto Político Pedagógico, foram horas de leituras e discussões realizadas por todos os Profissionais da Educação e os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Depois foi realizado um diagnóstico da nossa realidade através de análise de registros, de questionários aplicados a pais, alunos e todos os profissionais da educação, bem como a entidades governamentais e particulares. Foi dessa forma que iniciamos a estruturação do nosso PPP. Trabalho do qual participei desde o início e acompanhei todas as etapas, mesmo ainda não exercendo a função de Coordenadora Pedagógica.

Ainda tivemos momentos de reflexões e discussões, realizados em conjunto com os profissionais da educação das escolas municipais para a elaboração de um Plano Municipal de Educação.

Diante a aflição “falta de disciplina”, a direção e coordenação juntamente com os professores e demais profissionais da educação da Escola Estadual Angelina Franciscan Mazutti tivemos a oportunidade de rever o Regimento Escolar Interno no que tange estas questões entendeu-se a necessidade da criação do Conselho Disciplinar, que veio contribuir de forma eficaz para a melhoria do ambiente escolar, principalmente nas relações educando/educador/família.

No que se refere aos momentos de planejamento pedagógico sempre busquei oportunizar uma reflexão sobre uma metodologia interdisciplinar, voltada para o trabalho com projetos e o respeito a diversidade cultural, valores estes assegurados no Projeto Político Pedagógico.

A partir de 2010, o Projeto Político Pedagógico da instituição foi reestruturado, com base nos estudos sobre as Orientações Curriculares Nacionais, realizado na Sala do Educador. Ainda nas observações dos profissionais da educação, bem como nos anseios de toda a comunidade escolar. Trabalho este que coordenei juntamente com a diretora da instituição e que venho acompanhando sua aplicação do cotidiano do espaço escolar, e avaliando os resultados.

Visto as políticas educacionais voltadas aos índices de desenvolvimento educacional, de evasão e repetência, um dos desafios como coordenadora pedagógica é o de superação destes. Na Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, com a implantação dos ciclos de Formação Humana, no Ensino Fundamental, devido sua estrutura não tem apresentado grandes problemas. Porém os casos relacionados à evasão que se apresentam são trabalhados junto ao Conselho Tutelar.

Mas quando se trata da educação de jovens e adultos, temos sempre um considerável número de evadidos principalmente no 2º bimestre. E a repetência, ocorre em pequeno número, pois no Ensino Médio Regular temos a chamada “dependência”, prevista no Regimento Interno da instituição.

A Escola conta atualmente com aproximadamente 650 alunos distribuídos em turmas que abrangem o Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Ensino médio EJA, bem como Ensino Fundamental EJA. Atendendo nos períodos matutino, vespertino e noturno. Mesmo o número de alunos não ser grande esta diversidade de cursos exige um conhecimento amplo sobre leis, portarias, normativas entre outros inerentes a estrutura, a currículo e atuação de todos os profissionais da instituição nas diferentes funções e principalmente ao planejamento pedagógico e sua aplicação.

Um ponto que atualmente tem dificultado muito o trabalho do coordenador pedagógico, na instituição, é a grande rotatividade de Profissionais da Educação, principalmente de professores, fato que preocupa muito, no sentido da qualidade de ensino, pois dificulta a continuidade do processo de aprendizagem, e a manutenção da ordem, desestruturando todo trabalho do coordenador pedagógico.

Assim na função de coordenadora pedagógica, considero que pude contribuir no desenvolvimento do trabalho de sala de aula, e da valorização do patrimônio físico e histórico da Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti.

2.1. A Função do Coordenador Pedagógico

A educação entendida como prática social, um amplo processo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber. Onde os objetivos de formação são organizados coletivamente ou não, através de políticas e gestão, o papel dos Gestores Educacionais torna-se cada vez mais importante.

A gestão educacional, não é a mera aplicação de métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, pois a escola entendida como instituição social, deve ser demarcada pelo contexto político-pedagógico que vai além do custo-benefício da formação.

Deve se ter uma ampla concepção de gestão educacional que considere a centralidade das políticas e projetos pedagógicos das escolas, ainda assegurando o direito social a educação, juntamente com os projetos do MEC e a sociedade civil organizada. Sem descuidar da formação do profissional da educação.

A trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil tem sido marcada pela lógica da descontinuidade, principalmente no que tange aos processos de organização e gestão da educação básica nacional, por falta de um planejamento á longo prazo.

Após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de

1988, ao se referir à educação, além de sua inscrição como direito social inalienável, sua responsabilidade é partilhada entre os entes federados (federal, estadual, municipal e o distrito federal), também a vinculação dos recursos, bem como as modificações de ordem jurídico-institucional.

Na década de 1990 ocorreram importantes mudanças na área educacional, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96). O lançamento de ações orientativas, as quais buscam a eficácia, eficiência e equidade da Educação Básica, tendo como programa central o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), entre vários outros planos, tanto na esfera federal, como estadual e municipal.

E ainda os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para orientar as ações pedagógicas e com o mesmo intuito mais recentemente as Orientações Curriculares Nacionais.

Através dos programas o governo federal, pautou sua atuação pelo princípio da defesa da educação de qualidade, a partir do binômio, inclusão e democratização, com destaque ao ensino fundamental de nove anos, e de modo estrutural o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Alguns programas foram reestruturados e outros mantidos, e para contribuir com o processo de democratização da escola criou-se o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares, criado pela Portaria Ministerial nº 2.896/2004, para ampliar a participação da comunidade escolar na gestão administrativa, financeira e pedagógica.

E é neste contexto que se apresenta o papel do coordenador pedagógico, para articular as ações pedagógicas dentro das instituições de ensino visando a qualidade.

A função do coordenador pedagógico foi construída historicamente, porém ainda não se tem um entendimento claro do mesmo. Porém é muito importante defini-la para que o trabalho do profissional tenha um reflexo positivo dentro das instituições de ensino.

Segundo M^a José da S. Fernandes, a função de Professor Coordenador Pedagógico nasceu junto com a inovação educacional dos anos de 1960 (século XX), com algumas experiências pontuais do governo paulista, contudo um dos seus mais importantes projetos educacionais.

“A atuação do coordenador pedagógico no interior destas escolas foi fruto de uma concepção progressista de educação em que novas formas de gestão escolar e de processo ensino-aprendizagem foram postas em prática. O papel dos coordenadores nestas escolas não tinha relação com a centralização burocrática e a hierarquização (...), mas tinha como objetivo realizar a função de articulação pedagógica”.
(pag. 3)

Ainda de acordo com Fernandes, nos meados dos anos de 1980, após a abertura política e as eleições diretas, as políticas voltadas à educação tornaram-se mais abertas e democráticas, criando novas possibilidades de organização e gestão escolar.

Neste contexto nas escolas paulistas a função de coordenador também foi exercida por um professor eleito entre seus pares, que era responsável pela organização das reuniões pedagógicas e acompanhar a implantação das propostas de melhoria da qualidade de ensino.

No início dos anos de 1990, ocorreu à implantação de um novo projeto de inovação pedagógica em algumas escolas, com maior autonomia da direção elaboração de projetos políticos pedagógicos específicos, autonomia do conselho escolar e a presença da Coordenação Pedagógica, a qual era formada pela coordenação geral e a de áreas afins, que de acordo com Fernandes “... os quais eram responsáveis pela articulação dos professores e pela implantação do projeto político-pedagógico no interior das escolas.” (pag. 4)

A expansão da função de Professor Coordenador Pedagógico – PCP ocorreu em 1996, quando se garantiu na prática aquilo que já era previsto legalmente. Fernandes apresenta o que passou a vigorar no estado de São Paulo, “... qualquer professor com mais de três anos de exercício no magistério paulista pudesse exercer a função de PCP, independente de sua formação inicial, o que o desobriga tanto de ser formado em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar...” (pag. 2), o intuito do governo foi de que a função de Coordenador Pedagógico, não fosse ocupada por um especialista, mas sim por

um profissional que conhecesse as dificuldades enfrentadas pelos professores no seu cotidiano.

De acordo com Lucíola L. de C. P. Santos e Nilza H. de Oliveira, na atual conjuntura das políticas educacionais, marcadas pelo princípio da gestão democrática, a função de Coordenador Pedagógico, "... deixa de ser uma função de competência exclusiva dos licenciados do curso de pedagogia, principalmente na rede pública." (pag. 1)

Para as autoras, após a LDB de 1996, diante das reformas educacionais, dentro de uma perspectiva democrática buscou-se a superação da divisão do trabalho hierarquizado, dando preferência ao coletivo e a participação de toda comunidade escolar na tomada de decisões administrativas e pedagógicas.

Um ponto que considero muito importante, em relação a coordenação pedagógica que deve ficar claro é a questão de ser cargo ou função, ou são sinônimos não tendo diferença entre as termologias? Primeiramente, conforme apresentam Santos e Oliveira (pag. 4), partindo do pressuposto "... que o termo coordenador pedagógico constituiu um atenuante para a conotação negativa do termo 'supervisor pedagógico', função que na década de 80 foi fortemente criticada como sendo uma atividade controladora da prática pedagógica dos professores, relegados a condição de executores." Condição que muitos ainda entendem que seja o trabalho de um Coordenador Pedagógico.

O Coordenador Pedagógico assumiu na prática as funções dos especialistas (supervisor escolar e orientador educacional) formados nos cursos de Pedagogia, e o profissional era habilitado em gestão escolar muito comum até o final do século XX.

Para entendermos um pouco melhor e sabermos diferenciar cargo de função, pois muitas vezes têm-se a impressão de que seja a mesma coisa, devemos salientar que cargo, é conquistado através de concurso público (prova seletiva), como por exemplo, ocorreu no estado de São Paulo, enquanto a função é através de eleição entre os pares, e exercido por um período pré-determinado.

Atualmente no contexto das escolas estaduais, como por exemplo, no Estado do Mato Grosso, a função de Coordenador Pedagógico é exercida preferencialmente por profissional formado em Pedagogia, efetivo e lotado na instituição, ou por um professor de área. E a escolha do Coordenador Pedagógico ocorre da seguinte forma: após o educador manifestar interesse em exercer a função, acontece à eleição entre seus pares. Contudo na ausência de um especialista interessado, poderá ser um professor efetivo em qualquer área do conhecimento, porém não havendo nenhum profissional interessado dentro da instituição, fica a cargo da Assessoria Pedagogia deliberar sobre a atribuição do Coordenador Pedagógico desta escola.

Outro ponto que considero importante definir é o papel do Coordenador Pedagógico, pois o seu entendimento é bastante difuso, e nas escolas públicas, o mesmo dedica boa parte do tempo as questões de caráter administrativo (burocrático) ou ao atendimento da indisciplina.

Nas escolas particulares o Coordenador Pedagógico dedica mais tempo às atividades de cunho pedagógico favorecendo as práticas pedagógicas dos docentes.

O principal objetivo do trabalho do Coordenador Pedagógico deve ser de garantir um processo de ensino-aprendizado de qualidade. Para tanto é necessário que o mesmo tenha um bom relacionamento com seus pares. E Almeida, apud. Clotenir Damasceno Rabelo propõe desenvolver as seguintes habilidades:

- “a) Atender: mostrar, por formas verbais e não verbais, a disponibilidade e o interesse pelo outro;
- b) Responder: Comunicar verbal ou corporalmente, a sua compreensão pelos sentimentos e ideias dos outros;
- c) Personalizar: mostrar sua parcela de responsabilidade no problema que o outro está enfrentando;
- d) Orientar: Avaliar, com o parceiro da relação, as alternativas de ação possíveis para facilitar a escolha de uma delas.”

O Coordenador Pedagógico precisa aprimorar as suas habilidades de relacionamento interpessoal, e ter um espírito de liderança, e que seus pares tenham confiança e respeito para que possa exercer seu trabalho de maneira eficaz.

E como diversos autores afirmam, a função do Coordenador Pedagógico na atualidade não pode ser confundida com a do supervisor educacional, e nem incorporar atividades operacionais as práticas da liderança pedagógica da escola, pois são atividades que impedem o pensar estratégico do trabalho pedagógico.

Para Pires apud Santos e Oliveira, “A função do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição.” (pag. 7). Trabalho de fundamental importância para o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de qualquer instituição.

E ainda, “Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto as suas funções e ao seu papel na instituição escolar.” (pag. 7), assim desqualificando a função do Coordenador Pedagógico, no espaço escolar, e desfavorecendo a criação de sua identidade própria.

Segundo Piletti apud. Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos, a função do Coordenador Pedagógico é entendida como de uma assessoria permanente ao trabalho docente, sendo que as principais atribuições podem ser listadas em quatro dimensões:

- Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem. (pag. 79)

Segundo a proposta pedagógica da Escola Ciclada de Mato Grosso, o coordenador pedagógico é membro do coletivo de profissionais do Ciclo e deve atuar efetivamente com o Professor Regente e o Professor Articulador no desenvolvimento dos processos de aprendizagem dos alunos nos Ciclos de Formação. (Cuiabá, 2001)

Conforme Portaria 109/99 SEDUC, as competências do Coordenador Pedagógico são as seguintes:

- Coordenar o planejamento e as ações pedagógicas;
- Articular a elaboração participativa do Projeto Politico-Pedagogico;
- Coordenar, acompanhar o Projeto Politico-Pedagogico;
- Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria de Estado relativas à avaliação de aprendizagem e os currículos, orientando e intervindo junto aos professores quando solicitado ou necessário;
- Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, fazendo as intervenções necessárias;
- Desenvolver e coordenar sessões de estudos, nos horários de hora – atividades;
- Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento dos professores e técnicos, visando a melhoria do desempenho profissional;
- Divulgar e analisar, junto a comunidade escolar, documentos e projetos do Órgão central;
- Manter atualizado o fluxo de informações entre a unidade Escolar e SEDUC;
- Coordenar a utilização plena dos recursos tecnológicos;
- Promover e incentivar a realização de encontros e palestras com alunos. Pais, professores sobre temas relevantes para a educação;
- Propor de forma articulada com a Direção, projetos que visem a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos
- Promover a articulação entre pais alunos e professores, para que todos trabalhem juntos, buscando, cada vez mais, o progresso do aluno.

Muitas vezes o próprio Coordenador Pedagógico não tem claro suas atribuições confundindo-as com imposições normativas, ficando sem rumo, favorecendo a perda de identidade profissional.

Para Fonseca apud. Lima e Santos é necessário ao Coordenador Pedagógico construir um novo perfil profissional a cerca de suas atribuições, e com urgência delimitar seu espaço de atuação, orientado para:

- Resgatar a intencionalidade da ação possibilitando a (re) significação do trabalho – superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade – resgatar a potência da coletividade; gerar esperança;
- Possibilitar um referencial de conjunto para a caminhada pedagógica - aglutinar pessoas em torno de uma causa comum;
- Gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (não uniformidade); superando o caráter fragmentado das práticas em educação, a mera justaposição e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Propiciar a racionalidade dos esforços e recursos (eficiência e eficácia) utilizando para atingir fins essenciais do processo educacional;

- Ser um canal de participação efetiva, superando as práticas autoritárias e/ou individuais e ajudando a superar as imposições ou disputas de vontades individuais, na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- Aumentar o grau de realização e, portanto, de satisfação de trabalho;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia e na criatividade e distanciando-se dos modismos educacionais;
- Colaborar na formação dos participantes. (pag. 82-83)

Cabe ao Coordenador Pedagógico a conquista do seu espaço, dentro e fora da instituição de ensino, ainda como ator social, deve ser um agente facilitador e problematizador do papel docente no âmbito da formação continuada.

Dando ênfase as atribuições já citadas do Coordenador Pedagógico uma das mais importantes na atualidade é o que se refere sobre o projeto de formação continuada que o mesmo elabora e desenvolve no decorrer do ano letivo na unidade escolar a qual faz parte. Atualmente é denominado Sala do Educador, da qual todos os profissionais de educação da instituição podem participar.

Sendo regulamentado por pareceres orientativos emitidos pela Secretaria Estadual de Educação e o seu desenvolvimento acompanhado pelos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação Básica – CEFAPROS, como está expresso no Parecer Orientativo nº 01/2011:

“A formação continuada tem se apresentado como a saída possível para a melhoria da qualidade da educação dentro do contexto educacional contemporâneo; mas se quisermos contribuir para que isso ocorra, teremos de partir das culturas das comunidades educativas, dar vez e voz aos profissionais da unidade escolar e a devida importância aos contextos para a compreensão da ação formativa ou educativa. Fortalecer a escola como lócus de formação significa proporcionar ao profissional espaço e tempo para sua formação de maneira contínua, a um só tempo, individual e coletiva. Dentre os desafios inerentes à conquista deste objetivo, destaca-se o de elaborar projetos que centram a vida escolar e os problemas que nela se apresentam, enfatizando que esses grupos constituídos não se fechem em si mesmos, mas alarguem progressivamente a sua esfera de ação, construindo na prática e pela prática a cultura de coletividade solidária que os novos tempos requerem.” (2011).

É com essa expectativa que a Secretaria de Estado de Educação/

Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação implantou o programa “Projeto Sala de Educador”, cujo principal objetivo é fortalecer a escola como lócus de formação continuada, por meio da organização de grupos de estudos que priorizem o comprometimento do coletivo da escola com a melhoria da qualidade social da educação.

De acordo com o parecer já citado a Coordenação do Projeto Sala de Educador na escola é de responsabilidade do (a) Coordenador (a) Pedagógico (a) da unidade escolar, sob acompanhamento, orientação e avaliação do coordenador de formação e professores formadores dos Cefapros; O Projeto deve indicar, além do que será desenvolvido pelo próprio grupo de professores, Coordenadores Pedagógicos e funcionários, o que será necessário para a intervenção dos formadores dos Cefapros a fim de que os objetivos propostos sejam alcançados.

No cotidiano de uma instituição de ensino devemos entender a importância de compreender sua situação real observando a dinâmica das relações pessoais e interpessoais a partir das quais criamos hipóteses e situações de intervenção dos fatores que interferem na qualidade de ensino e aprendizagem.

Na sociedade atual existe uma falta de sentido para as coisas, principalmente para o jovem que não elabora mais projetos de vida. Segundo Celso dos Santos Vasconcellos, “Na escola, esta crise se manifesta de muitas formas, mas com certeza uma das mais difíceis de enfrentar é a absoluta falta de sentido para estudo por parte dos alunos”, resultado da falta de argumentos, que justifique a necessidade de estudar, diante das profundas mudanças.

O trabalho do Coordenador Pedagógico deve, então, estar realinhado a essas ações, no enfrentamento da multiplicidade de tarefas que o cotidiano lhe demanda, e na perspectiva de amenizar as situações de urgências e variadas que surgem no desenvolvimento do trabalho na escola.

São vários os fatores que interferem no desempenho da função do Coordenador Pedagógico como: a falta de planejamento dos trabalhos

pedagógicos, professores com sobrecarga de trabalho dificultando os momentos de discussões, reflexões e proposições de metas, o entendimento pelos pares da função e atribuições do Coordenador Pedagógico escolar, a indisciplina, o desenvolvimento de atividades administrativas e burocráticas são alguns dos pontos que interferem negativamente no bom desempenho do profissional.

Muitas vezes espera-se que o Coordenador Pedagógico apresente “receitas infalíveis” ou soluções mágicas para resolver os diversos problemas que se apresentam no contexto de sala de aula.

2.2. Um Trabalho de Coordenador (a) eficiente

No decorrer das últimas décadas a educação brasileira vem passando por uma grande transformação. A realidade é que se busca com urgência a construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social, para todas as crianças, adolescente e jovem brasileiro.

O caráter da Educação Pública vem assumindo cada vez mais o compromisso com a implementação de políticas educativas que favoreçam transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, na forma de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo, bem como de trabalhar com o conhecimento respeitando as especificidades de estrutura do desenvolvimento humano e principalmente desenvolver a aprendizagem significativa.

Para tanto todos os envolvidos na educação da atualidade devem ter seu trabalho direcionado para atingir os objetivos da educação básica propostas pelas políticas públicas que direcionam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que todas as funções desempenhadas na escola são de suma importância para a evolução da qualidade de educação. Cabendo uma grande relevância ao desenvolvimento do trabalho do Coordenador Pedagógico frente

ao desenvolvimento de ações que permeiam o cotidiano escolar.

Ao desempenhar sua função o Coordenador Pedagógico trabalha com todos os envolvidos no contexto escolar, diferentemente das outras funções que são desenvolvidas cada uma em seu setor. Ou seja, muitas vezes o Coordenador Pedagógico tem mais conhecimento de toda a situação que ocorre na escola do que os demais profissionais. Cabendo citar que trabalha diretamente com os alunos, pais, professores e demais profissionais, tendo conhecimentos burocráticos como: acompanhamento de diários, processos, projetos, entre outras.

Mas é importante se reportar ao fato de que como em todas às funções o coordenador tem seu tempo a cumprir na instituição, mas se considerarmos o tempo que o mesmo leva para desenvolver as funções que fogem de suas atribuições em que momento vai desenvolver as suas designações com excelência?

O que se vê nas instituições em geral infelizmente é os Coordenadores Pedagógicos fazendo de tudo e não tendo tempo para cumprir o que esta designada a eles. Que é essencialmente trabalhar como o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Cabe a todos os educadores, visto que o coordenador é escolhido pelos pares para desenvolver esse trabalho, repensar e entender um pouco mais sobre as reais funções dos mesmos, colaborando para que realmente se possa desenvolver um trabalho cada vez mais voltado para a excelência da educação e não apenas achar que o coordenador tem que resolver tudo que aparece.

A eficiência do trabalho desenvolvido pelo Coordenador Pedagógico só vai ser percebida e alcançada no momento em todo o coletivo de educadores da instituição entender e colaborarem para que os mesmos desenvolvam cada vez mais as funções a si designadas e não resolver todas as situações que aparecem no cotidiano escolar.

O resgate da identidade do Coordenador Pedagógico deve ser feito por todos os educadores da instituição visto que todos podem um dia desenvolver a

referida função.

É importante salientar que no decorrer da historicidade da educação a busca é constante por políticas públicas educacionais condizentes com a realidade social pela qual a educação deve ser pensada. Varias são as legislações que regem ou regeram o sistema público educacional brasileiro.

Sabemos para que a qualidade da educação melhore todas as funções deve ser desempenhado o mais próximo possível de sua totalidade. Para tanto os estudos, debates, reflexões e proposição de metas para a melhoria do ensino deve ser feito por todos os profissionais que fazem parte do coletivo do cotidiano da escola.

Na Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, Campos de Júlio – MT, com a chegada dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) foram feitas várias análises, pelos professores da instituição através de grupos de estudo ou cursos fornecidos pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, porem atualmente estão um pouco esquecidos e muitas vezes deixados de lado na efetivação dos planejamentos de ensino.

O que esta permeando atualmente as discussões, análise e considerações na comunidade escolar são as Orientações Curriculares que foram estabelecidas para colaborar com trabalho dos educadores sendo que apontarão o perfil de entrada e de saída de cada ciclo, as estratégias e os recursos necessários destinados à apropriação por parte dos educandos dos conhecimentos nele veiculados de modo a não permitir a exclusão dos bancos escolares por falta de conhecimento.

As Orientações Curriculares vem também colaborar para um maior entendimento dos educadores para o desenvolvimento de atividades baseadas nas áreas de conhecimento, destacando-se a importância da compreensão e entendimento das habilidades e competências que os educandos deverão ter ao termino de uma etapa, fase ou ciclo. Estão sendo realizados vários estudos na instituição, inclusive momentos na Sala do Educador.

Em relação à Gestão Democrática deve ocorrer a efetivação do

conselho escolar CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar) formado por representantes de todos os segmentos escolares, o mesmo atua diretamente com a Gestão Escolar, participando da organização financeira, no que concerne nas prioridades, licitações, bem como, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar entre outros.

Mas em relação às questões burocráticas (registros) observa-se que os mesmos ficam a cargo da Diretora, Coordenadores Pedagógicos ou ainda para os secretários devendo-se fazer um trabalho voltado para a maior participação do CDCE em todas as ações da escola.

No entanto podemos dizer que a atuação do CDCE tem se ampliado consideravelmente na instituição, opinando cada vez mais sobre a aplicação dos recursos oriundos dos programas federais e estaduais, os de parcerias e eventos realizados pela escola. As aquisições de materiais e equipamentos, bem como a melhoria da infraestrutura têm refletido o anseio de toda a comunidade escolar e não apenas de um segmento.

Infelizmente como as demais instituições escolares de ensino constantemente passamos por problemas relacionados à indisciplina. Ao refletir sobre essa realidade deparamos com uma situação muito complexa, pois envolve varias questões como relações sociais, econômicas, políticas, pedagógica entre outras.

As constantes transformações que vem ocorrendo nesse mundo globalizado, deixando os indivíduos em crise de identidade, e Segundo Celso dos Santos Vasconcellos, “Na escola, esta crise se manifesta de muitas formas, mas com certeza uma das mais difíceis de enfrentar é a absoluta falta de sentido para estudo por parte dos alunos”, resultado da falta de argumentos, que justifique a necessidade de estudar, diante das profundas mudanças na sociedade.

A falta de entendimento por parte dos pais e dos educadores de como tratar, por exemplo, com a falta de disciplina, tem gerado um grande numero de casos de violência dentro e fora da escola, e para tentar coibir, tem-se tratado jovens e criança com austeridade, e mais grave tentando manter os mesmos

fora das instituições de ensino.

Para Miguel González Arroyo “Nas instituições educativas está se instalando e legitimando uma forma nova de exclusão: rejeitar, expulsar, não matricular alunos tidos como violentos...”, considero que esta prática realmente tem aumentado consideravelmente, porem ainda não faz parte das discussões e reflexões, de muitas instituições de ensino.

Diariamente tem se visto na mídia casos de diferentes tipos de violência em escolas do mundo todo, principalmente no Brasil. Contudo na Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti, na qual sou Coordenadora Pedagógica, os casos de agressão física são raros, mas a verbal tem aumentado entre os alunos e em relação aos professores, mesmo que tem se trabalhado no sentido de que a agressão verbal, também se constitui em crime.

Pensando em enfrentar essa situação criou-se na escola o Conselho Disciplinar Escolar, formado por todos os segmentos da comunidade escolar, sendo efetivamente acompanhando pelo Coordenador Pedagógico. O principal objetivo do conselho é colaborar para diminuir o avanço da indisciplina na instituição, onde os membros fazem varias reuniões a fim de solucionar os problemas que surgiam no dia a dia no cotidiano escolar. No qual o dialogo é utilizado como fonte de resoluções de conflitos.

O conselho disciplinar tem seu regulamento descrito no regimento interno da instituição, e para sua atuação, é fundamental o papel do Coordenador Pedagógica, através da sua interação com o corpo docente e demais profissionais da educação, para estar a par dos acontecimentos dentro e fora da sala de aula. Fazendo os registros de forma adequada.

Assim como o restante do regimento interno, o Conselho Disciplinar foi aprovado por uma assembleia formado pelos profissionais da educação, alunos e pais, bem como analisado e aprovado pelo promotor público da comarca do município de Comodoro.

Atualmente a educação esta vivendo um processo de mudança, a qual tem nos propiciado desafios constantes, que nos levam a refletir o papel do

educador e da escola, que deve acompanhar as transformações sociais, científicas e tecnológicas.

A Gestão Educacional, não é a mera aplicação de métodos, técnicas e princípios, pois a escola é entendida como instituição social, deve ser demarcada pelo contexto político-pedagógico que vai além do custo-benefício da formação. Ou seja, a participação efetiva na elaboração, discussão e reelaboração quando necessário do Projeto Político Pedagógico.

Considera-se que é através do Projeto Político Pedagógico que a escola pode exercer sua autonomia, pois o mesmo é o instrumento, de organização e execução das ações voltadas ao processo ensino-aprendizagem, ainda a função de cada um na instituição. Porém o mesmo deve estar em conformidade às normas e planos estabelecidos pela União, Estado e município.

O Coordenador Pedagógico inicialmente deve planejar a aquisição de material teórico, para embasar os pontos que serão elencados no Projeto Político Pedagógico da Instituição, dando sequência na elaboração através de leituras e discussões, levantamento do diagnóstico da realidade institucional. Isso através de análise de registros, de questionários aplicados a pais, alunos e todos os profissionais da educação, bem como a entidades governamentais e particulares. É dessa forma que se deve iniciar a estruturação do PPP.

É importante ressaltar que o PPP deve ser reestruturado conforme as mudanças que vão ocorrendo nas legislações, no contexto do cotidiano escolar, bem como na comunidade a qual a escola está inserida. Devendo também estar disponibilizado para conhecimento de toda a comunidade escolar.

Também devemos buscar a formação continuada, através de cursos de especialização ou mesmo através de Sala de Educador. Com teorias e reflexões nos prepararmos melhor para as diferentes práticas que a gestão democrática em educação exige, tanto no planejamento quanto no fazer de sala de aula.

Cabendo ao Coordenador Pedagógico a elaboração, estruturação do Projeto da Sala do Educador, bem como a coordenação dos trabalhos pedagógicos do mesmo. Sempre buscando temas relevantes para a melhoria da

qualidade de ensino e inovações nas práticas pedagógicas, ainda favorecendo a efetiva participação de todos os setores da instituição de ensino nas discussões e reflexões, proporcionando a integração dos profissionais.

Diante do fato da Educação Institucional estar vivendo um processo de mudança, a qual tem nos propiciado desafios constantes, que nos levam a refletir o papel do educador e da escola, que deve acompanhar as transformações sociais, científicas e tecnológicas.

Um dos meios que vem garantindo resultados significativos para a melhoria do processo ensino-aprendizado é a adoção de projetos de pesquisa, e que, para um bom resultado desta prática, segundo Léa da Cruz Fagundes, "(...) é preciso reestruturar as significações anteriores, produzindo boas diferenciações e integrando ao sistema as novas significações. Esta integração é resultado da atividade de diferentes sistemas lógicos do sujeito, que interagem entre si e com os objetos a assimilar ou com os problemas a resolver. Finalmente, o conhecimento novo é produto de atividade intencional, interatividade cognitiva, interação entre pensantes trocas afetivas, investimento de interesses e valores." (1999, p. 24).

Trabalhar com projeto é uma maneira de estimular os educandos a buscar diferentes formas de discutir e refletir, problemáticas que fazem parte da sua realidade social, cultural e política. Reconstruindo continuamente esta realidade atribuindo-lhe novos significados.

Diante deste pressuposto o educador ao desenvolver projetos deve assumir a função de orientador de investigação, estimulador e viabilizador na busca e organização de informações, acompanhando as atividades dos alunos na busca de respostas e reflexões pertinentes na resolução das problemáticas levantadas no seu contexto social.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais, volume Temas Transversais e da Ética) ressaltam "O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental." (1997, p. 15)

Considerando o exposto é de suma importância para a educação e o efetivo desenvolvimento do conhecimento do educando, o papel do Coordenador Pedagógico como articulador do processo de aplicação de uma metodologia voltada para desenvolvimento de projetos, tendo a pesquisa como forma de integração das diferentes áreas do conhecimento visando à melhoria da qualidade do ensino.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho tentei apresentar o papel do Coordenador Pedagógico, diferenciar função de cargo, e uma análise da minha prática, bem como uma forma de atuação eficiente na função de Coordenador Pedagógico, para contribuir de forma eficiente no processo ensino-aprendizagem e que assim possa ocorrer a construção de um conhecimento de qualidade.

Feito o levantamento histórico da, “Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti” foi possível perceber que no decorrer do tempo os Profissionais da Educação, que nela atuaram, sempre buscaram acompanhar as mudanças ocorridas no Sistema Educacional.

E para a organização da estrutura atual da escola, nota-se a importância do trabalho do Coordenador Pedagógica, diante os diversos estudos feitos, bem como das discussões e reflexões realizadas, que resultaram na reestruturação de documentos como: o Projeto Político Pedagógico, contendo o Regimento Interno, a grade curricular, observando as Orientações Curriculares Nacionais, entre outros, os quais asseguram o bom funcionamento desta instituição de ensino.

Considero que a função de Coordenador Pedagógico, é mais adequada para atual conjuntura educacional, a qual necessita de um profissional conhecedor da realidade da escolar, bem como das necessidades de seus

pares. Pois diferente do cargo que é adquirido através de concurso, a função é alcançada por eleição, onde ocorre a escolha pelos pares através do voto, de uma pessoa que se tem confiança.

Para uma maior valorização do trabalho do Coordenador Pedagógico devemos conhecer suas atribuições e desmistificar o seu papel que é de coordenar o planejamento e as ações pedagógicas, acompanhando os professores em todas as suas atividades, fornecer os mais diversos subsídios para um bom desempenho dos profissionais e estimulá-los das mais variadas formas.

Também faz parte do trabalho do Coordenador Pedagógico promover reuniões, palestras, discussões e reflexões, junto aos profissionais da educação, alunos, pais e a comunidade em geral. Ainda articular a elaboração participativa, coordenar e acompanhar o Projeto Político Pedagógico, bem como a implantação das diretrizes da Secretaria de Estado. E manter atualizado o fluxo de informações entre a unidade Escolar e todos os setores referentes a ela.

Diante do fato da Educação Institucional estar vivendo um processo de mudança, a qual tem nos propiciado desafios constantes, que nos levam a refletir o papel do educador e da escola, que deve acompanhar as transformações sociais, científicas e tecnológicas. Um dos meios que vem garantindo resultados significativos para a melhoria do processo ensino-aprendizado é a efetiva atuação dos Coordenadores Pedagógicos nas instituições de ensino.

Destaca-se o trabalho do mesmo diante do desenvolvimento de projetos de formação continuada, através de cursos específicos ou através de Sala de Educador. Sendo que as teorias e reflexões nos preparam melhor para as diferentes práticas que a educação exige, tanto no planejamento quanto no fazer pedagógico.

Nota-se a importância do Coordenador Pedagógico em uma instituição de ensino como articulador do processo educacional, estimulando os educadores e educandos a buscar diferentes formas de discutir e refletir

problemáticas que fazem parte da sua realidade social, cultural e política. Reconstruindo continuamente esta realidade atribuindo-lhe novos significados.

É necessário e urgente que os educadores repensem sobre as reais funções do Coordenador Pedagógico colaborando para que ocorra na prática um trabalho cada vez mais voltado para a excelência da educação.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel Gonzalez, **Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia.**

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega, **Reverendo o Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira.**

BRASIL, Ministério da Educação e Tecnologia, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais** – Brasília: MEC / SEF, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **A Educação Básica no Brasil.**

FAGUNDES, Léa da Cruz. (org.). **Aprendiz do futuro: as inovações começaram. In: PROGRAMA NACIONAL DE INFORMATICA NA EDUCAÇÃO.** Ministério da Educação. Secretaria da Educação à Distância. (Coleção Informática para a mudança na Educação). 1999.

FERNANDES, Maria José da Silva, **O Professor Coordenador Pedagógico, a articulação do coletivo e as condições de trabalho docente nas escolas públicas estaduais paulistas. Afinal, o que resta a essa função?**

FERREIRA, João Carlos Vicente, **Mato Grosso e seus Municípios,** Secretaria de Estado de Educação, Cuiabá, 1997.

LIMA, Paulo Gomes, SANTOS, SANDRA Mendes dos, **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas.** 2007

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação, **Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para Ensinar, Aprender a sentir, ser e fazer,** 2ª edição, Cuiabá, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de, MORAES, Karine Nunes de, DOURADO, Luiz

Fernandes, **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implantação,**

RABELO, Clotenir Damasceno, **Coordenador pedagógico escolar municipal: identidade, trabalho e atitudes de um profissional em ressignificação**

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão, OLIVEIRA, Nilza Helena de, **O coordenador pedagógico no contexto de gestão democrática da escola.**

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, **Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola,**

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ANDRADE, Maria Margarida, **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.**

São Paulo: Atlas, 2004.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola: o que é como se faz.** 12 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor educacional na escola,**

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes, **Interdisciplinaridade historia, teoria e pesquisa.** 8ª Ed. São Paulo: Editora Papirus, 2001.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da, **Planejamento: concepções**

_____, **O planejamento em educação.**

THURLER, Monica Gother, **A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive,**